



## **POLÍTICAS CONTEMPORÂNEAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA: NOVAS POSSIBILIDADES NA ESCOLARIZAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS?**

Tamara França de Almeida; Érica Costa Vliese Zichtl Campos; Márcia Denise Pletsch

*Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [tamafranc@yahoo.com.br](mailto:tamafranc@yahoo.com.br); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [ericavilese@hotmail.com](mailto:ericavilese@hotmail.com); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [marciadenisepletsch@gmail.com](mailto:marciadenisepletsch@gmail.com)*

### **INTRODUÇÃO**

Tem-se evidenciado na atualidade, a preocupação com o atendimento às pessoas que apresentam dificuldades acentuadas, em relação à maioria considerada “normal”, através das mais diversas ações. A “Educação Especial” e a “Educação Inclusiva” constituem algumas delas. O que muda na atual discussão, mesmo que em meio à controvérsias ainda muito presentes em nossa sociedade, é o fato de não ser pensado na escolarização de pessoas com necessidades educacionais especiais apenas como fato isolado, marginalizado. Desta forma, vemos o enunciar de um panorama no qual as possibilidades são ampliadas em detrimento das impossibilidades.

Sendo assim, a presente pesquisa, ainda em andamento, tem por objetivo compreender a Educação Inclusiva, através de diversos dispositivos e normativas legais estabelecidos no Brasil, que regulamentaram o direito da pessoa com necessidades educacionais especiais incluídos na rede regular de ensino. E ainda mais, procuramos relacioná-los, mais especificamente, com o direito de escolarização de alunos com deficiência intelectual, garantindo não apenas seu acesso às salas de aula, mas principalmente seu processo de ensino e aprendizagem, através do planejamento educacional individualizado (PEI), em que as práticas pedagógicas e o ensino individualizado serão à base de todo o trabalho a ser ofertado. A partir de então, faz-se necessário compreender um pouco desse panorama do qual a pesquisa retrata.

No ano de 2003, Luís Inácio Lula da Silva inicia a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com Souza (2013), desde sua gênese, este governo foi marcado por profundas contradições e desconfianças em virtude principalmente da continuidade da política econômica financeira neoliberal (amplamente veiculada nos governos anteriores) e forte investimento em



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

políticas sociais. Esta dualidade passou a ser característica central desta gestão levando alguns autores a entendê-la como veículo para superação das políticas neoliberais, ou apenas um instrumento para reformulação das políticas presentes e a consolidação daquelas já em curso. É importante destacar que neste período houve um largo esforço para implementação de políticas sociais com vistas ao combate a pobreza extrema e a desigualdade social. Em nenhum outro momento da história da Educação Brasileira, os direitos sociais e educacionais de pessoas com deficiências e outras condições atípicas do desenvolvimento estiveram tão presentes nas políticas públicas (PLETSCH, 2012).

Neste período foram estabelecidos inúmeros dispositivos que normatizaram e regulamentaram o direito da pessoa com necessidades educacionais especiais incluídos na rede regular de ensino como os decretos 5296/04 e 5626/05 que apontam os princípios da equalização de oportunidades e não discriminação, corroborando com o programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade e o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) implementado em 2007. O PDE aponta metas para educação até 2022 ressaltando a parceria entre governo, estados e municípios para desenvolvimento da educação básica. Além disso, reforçado pelo decreto n. 6094/07, este dispositivo estabelece diretrizes para o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos e seu ingresso nas escolas públicas (JUNIOR E TOSTA, 2012). Imersos ao PDE foram lançados os programas escola acessível, formação continuada de professores de educação especial, implantação de salas de recursos multifuncionais (SRM) e programas de acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência atendidas pelo benefício de prestação continuada da assistência social (BPC).

Estes dispositivos contribuíram para a estruturação e organização do Plano Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva iniciado em 2008, cujo objetivo é assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos sistemas regulares de ensino. A novidade fica por conta da retirada do caráter substitutivo da educação especial, reiterando novamente sua função complementar/suplementar na educação regular e sua atuação transversal em todas as modalidades de ensino. Corroborando com esta nova perspectiva, a Resolução n.04/2009 CEB/CNE salienta que serão contabilizados duplamente, no âmbito do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), os alunos matriculados



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

em classe comum de ensino regular público que tiverem matrícula concomitante no AEE. Nesta mesma linha, o Decreto n. 7.611/2011 ratifica que o poder público dispensará apoio técnico e financeiro às instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial.

Atualmente, a proposta da educação inclusiva vem sendo adotada como referencial de políticas públicas que orienta os sistemas de ensino em suas ações pedagógicas. As escolas vêm-se obrigadas a renovar suas ações a fim de atender as demandas colocadas pela diversidade de sujeitos que passou a constituí-la mais fortemente. Neste novo contexto a proposta inclusiva de educação visa a atender as necessidades educativas especiais de todos os educandos, possibilitando a aprendizagem e desenvolvimento em salas de aulas comuns nos sistemas regulares de ensino.

## **METODOLOGIA**

Nossa pesquisa é qualitativa de cunho bibliográfico. Encontra-se em andamento apresentando um recorte da mesma para a discussão dos dados. Consideramos este procedimento o mais adequado para o desenvolvimento deste estudo tendo em vista sua flexibilidade e técnicas de coleta de dados incorporando aqueles mais adequados à observação que está sendo feita (MARTINS; 2004).

Para as inferências qualitativas utilizaremos literaturas especializadas no tema em questão e teremos como base autores que dialogam sobre o PEI (TANNÚS-VALADÃO, 2010; GLAT e PLETSCHE, 2012; PLETSCHE e GLAT, 2013; dentre outros) e sobre o escopo legislativo que trata da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (SOUZA, 2013; PLETSCHE, 2010; entre outros).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

É notório que o governo não tem economizado esforços na tentativa de diminuir as situações de desigualdade social no país por meio de políticas sociais de combate a exclusão e injustiça social. Ao longo dos últimos vinte anos foram muitas as transformações no sistema educacional brasileiro. Especificamente no que concerne a educação especial, as políticas inclusivas largamente implementadas, trouxeram avanços além de um aparato legislativo e programas de governo direcionados exclusivamente às demandas atendidas por ela. Nunca investiu-se tanto em políticas



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

sociais de combate a pobreza e exclusão social, que embora guiadas pelo viés do neoliberalismo, minimizam de certa forma as brutais relações de exclusão que ainda nos afetam e nos constituem.

Souza (2013) nos alerta para uma questão que se remete a todos os envolvidos com a educação especial: trabalhar para ofertar muito mais do que o acesso escolar, mas para uma proposta inclusiva baseada num ensino de qualidade para todos, em especial o aluno com deficiência intelectual, significando entender que a escola está inserida em uma sociedade excludente, que busca mudanças a partir deste modelo de educação de desigualdades de oportunidades, alicerçada nas bases teóricas do “capital humano” (PLETSCH, 2014), onde “enquanto ampliam-se as políticas de inclusão, continua-se excluindo o sujeito, pois não se oferece condições efetivas para que ocorra a integração e a mobilidade social no sistema econômico vigente” (PLETSCH, 2014).

Neste sentido, na Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva é fundamental a parceria do professor da sala regular com o atendimento educacional individualizado (AEE) para concretização destas propostas, onde vislumbramos as contribuições do PEI, em colaboração com o redimensionamento do currículo, para a realização de um trabalho que esteja vinculado a toda escola e não apenas ao professor de AEE, em seu espaço e tempo limitados. O AEE é um recurso, mas não o único instrumento para reconstruirmos um processo de descontinuidade e estigmatização. A presença dele, em parceria com toda unidade escolar, colabora para uma discussão urgente sobre como o aluno com deficiência intelectual pode ser visto em suas potencialidades e não apenas pelo lócus da deficiência, que marca o olhar e as práticas sem significação destinadas a ele.

Diante do exposto, as dificuldades encontradas residem no fato de que, para vivermos uma verdadeira e legítima Educação Inclusiva, não basta que os alunos estejam matriculados nas escolas, como preconizam as leis. Mas sim, que as transformações no interior das mesmas sejam prioritárias, auxiliando alunos com deficiências e professores em sua rotina escolar, promovendo e ampliando as expectativas de ambas as partes. Em outras palavras, “a política de Educação Inclusiva demanda a reorganização do cotidiano e a ressignificação da cultura escolar” (PLETSCH e GLAT, 2013, p. 19).

## CONCLUSÕES



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

Vimos, por meio das legislações apresentadas, que ao longo dos últimos anos os governos vem investindo em políticas exclusivamente inclusivas, sobretudo no âmbito da educação. O paradigma da inclusão domina os espaços escolares, sendo neste momento política de governo e modelo de sociedade. Entretanto, embora as políticas de educação inclusiva sejam uma conquista, sua implementação pelos governos é vista como uma opção menos onerosa e mais “eficiente”, pois como orientam as propostas da educação capitalista, manter serviços especializados demanda muitos recursos, diferente das propostas inclusivas que massificam o ensino e economiza gastos.

Neste sentido, não podemos pensar em políticas de inclusão desatreladas do perfil das atuais sociedades capitalistas, alicerçadas na marginalização e exclusão das diferenças sociais, sem indagarmos sobre as reais intencionalidades destas novas propostas inclusivas. Os caminhos foram traçados e as políticas implementadas. Resta-nos saber se efetivamente todo este aparato legislativo está contribuindo para o desenvolvimento do aluno incluído.

Se desejarmos uma escola para todos, como preconizam as leis e declarações voltadas para a inclusão, temos como tarefa romper com o atual processo de distanciamento entre as políticas e as práticas, promovendo a ressignificação através da mudança de postura de toda escola. Dessa maneira, romperemos com a desresponsabilização da escola e do poder público, que insistem em manter atividades de prontidão, infantilizadas e descontextualizadas como a única forma de alunos com deficiência intelectual estarem nas escolas.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. SEESP. Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas. Brasília: MEC, 2007.

\_\_\_\_\_. MEC. SEESP. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008

GLAT, R. e PLETSCH, M. D. *Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais*. Pesquisa em Educação. Educação Inclusiva 2<sup>a</sup> ed., Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.

JÚNIOR, E.M; TOSTA, E.I.L. 50 anos de políticas de educação especial no Brasil: Movimentos, avanços e retrocessos. IX ANPEDSUL (Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul), 2012.

MARTINS, H.H.T.S. Metodologia Qualitativa de Pesquisa. Educação e Pesquisa, São Paulo, V.30, n.2, pp. 287-298, 2004.



# IV COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO, CIDADANIA E EXCLUSÃO: DIDÁTICA E AVALIAÇÃO

PLETSCH, M. D. *Repensando a Inclusão Escolar: Diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. RJ. NAV: EDUR, 2010.

\_\_\_\_\_. *Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental\intelectual: diretrizes políticas, políticas, currículo e práticas pedagógicas*. In: IV Congresso Brasileiro de Educação Especial e IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação Especial, 2010, São Carlos\SP. Anais do IV Congresso Brasileiro de Educação Especial e IV Encontro Nacional de Pesquisadores em Educação Especial, p. 1-13, 2010 .

\_\_\_\_\_. *Diferentes abordagens sobre as práticas de inclusão de pessoas com deficiências: pesquisas, tensões, contradições e possibilidades*. In: Maria Cristina da Rosa Fonseca da Silva. (Org.). *Conversas de grupo de pesquisa: enlaces entre educação e arte*. 1ed. Itajaí/SC: Casa Aberta Editora, p. 173-184, 2013.

PLETSCH, M. D. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Editoras NAU & EDUR, Rio de Janeiro, 2014.

PLETSCH, M. D. e GLAT, R. *Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar*. In: Rosana Glat e Márcia Denise Pletsch. (Org.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. 1ed. Rio de Janeiro/RJ: EDUERJ, 2013, v. 1, p. 17-32.

SOUZA, F. F. *Políticas de Educação Inclusiva: Análise das condições de desenvolvimento dos alunos com deficiência na Instituição escolar*. 2013. 297f. Tese (doutorado em Educação)-Faculdade de Educação, Universidade Federal de Campinas, Campinas. 2013.

VALADÃO, G. T. *Planejamento Educacional Individualizado na Educação Especial: propostas oficiais da França. Estados Unidos e Espanha*. 125f, Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2010.